

Apresentação do dossiê temático ação coletiva, movimentos sociais e organização: trabalhos selecionados do fórum ISA 2021 e além

Editores Convidados

Thiago Duarte Pimentel¹

*Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, Brasil
thiago.pimentel@ich.ufjf.br*

Michael Grothe-Hammer²

*Department of Sociology and Political Science (ISS), Norwegian University of Science
and Technology (NTNU) in Trondheim, Norway
michael.grothe-hammer@ntnu.no*

Este dossiê é produto de uma ação (e subjetividade) coletiva(s). Predominantemente assíncrona, tecnologicamente mediada e envolvendo diferentes escalas e regiões do globo, a edição que ora vos é apresentada teve como pano de fundo e ponto de partida uma sessão temática abrigada no âmbito Comitê de Pesquisa 17: “Sociologia Organizacional” (RC 17 *Organizational Sociology*), por sua vez hospedado e realizado no âmbito do evento ISA³ Fórum 2021.

A ideia deste dossiê surgiu a partir do contato entre os editores convidados deste número, no contexto daquele evento, e da constatação da lacuna existente em termos de participação e aproximação da academia brasileira e mundial no tocante ao tema específico em tela. Particularmente, a reflexão sobre a extensão e o papel da organização no seio da teoria sociológica (Akroyd, 2000) tem sido um problema frequentemente apontado, embora parcial e timidamente “atacado”.

Esta edição procura explorar a convergência entre as teorias organizacionais, os movimentos sociais e as sociologias da ação coletiva, tal como seminalmente apontado por Friedberg (1992), a fim de produzir um diálogo e promover avanços em direção a uma estrutura teórica mais geral e comum. Normalmente, pode-se identificar uma divisão de debates a este respeito. Por um lado, os pesquisadores organizacionais tendem a se concentrar no estudo das organizações formais como atores coletivos bastante estáveis - negligenciando assim, muitas vezes, formas organizadas de ação coletiva e movimentos sociais que não se manifestam na forma de entidades formalizadas (Ahrne, Brunsson & Seidl 2016). Por outro lado, os cientistas sociais que estudam os movimentos sociais e a ação coletiva frequentemente colocam uma lente mais fluida e diversificada em seus objetos empíricos, que muitas vezes aparece bastante dissociada dos debates de pesquisa organizacional.

No entanto, como apontado por Erhard Friedberg (1992) e seguidores, no que se convencionou chamar de “Ação Coletiva Organizada” (*Action Colective Organiseé*), estas teorias e objetos empíricos podem ser vistos como pontos diferentes no mesmo *continuum* de ação coletiva, segundo seus diferentes graus de organização. Seguindo esta lógica, Pimentel (2012) fez sua própria interpretação, de forma realista e crítica, entregando um modelo atualizado de Ação Coletiva Organizada. Da mesma forma, mas fundamentado em uma abordagem

¹ Pós-doutorado em Sociologia (Teoria Social e Realismo Crítico) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Michael Grothe-Hammer: Doutor (rer. pol.) em Sociologia / Helmut Schmidt University Hamburg, Alemanha (2018). Mestrado em Sociologia / Universidade de Bielefeld, Alemanha (2013). Bacharel em Sociologia / Universidade de Bielefeld, Alemanha (2009).

³ Associação Internacional de Sociologia (International Sociological Association).

construtivista, Dobusch e Schoeneborn (2015), assim como Grothe-Hammer (2019) se engajaram na teorização de diferentes graus de “organicidade” dos coletivos, reconhecendo e sistematizando que a ação coletiva organizada não implica necessariamente atores coletivos estáveis.

Neste contexto, este Dossiê Temático visou reunir contribuições daqueles que estão trabalhando em algum tipo de fusão, diálogo ou modelos comparativos que lidam com movimentos sociais e teoria organizacional como dois lados diferentes de um mesmo objeto: a ação coletiva. Esperamos fomentar e produzir um debate aproximando essas diferentes escolas e seus interesses específicos, a fim de gerar um quadro mais amplo, visando construir modelos teóricos mais profundos e suas aplicações.

Além desta breve nota de introdução de apresentação, 8 são os textos reunidos e selecionados para a composição deste coletânea, sendo, de certo modo, razoavelmente diversificados temática, teórica, metodológica e epistemologicamente sendo 3 ensaios teóricos e 5 textos frutos de investigação empírica. Além disso, são diversificados geográfica (com a presença de autores da Alemanha, França, Noruega, Espanha, México e Brasil, e dentro deste, de diferentes regiões do país, como Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Pará) e institucionalmente diversificados (com participantes da Universidade de Trier, na Alemanha; Universidade de Ciência e Tecnologia da Noruega, em Trondheim, Noruega; Ecole Polytechnique e CNRS, França; Institut Barcelona d'Estudis Internacionals, Espanha; Freie Universität Berlin, Alemanha; Núcleo de Altos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Brasil; do IFSul/ Campus Pelotas/RS e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; Universidade Autônoma de Sinaloa, México; Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Universidade Técnica de Dortmund, Alemanha; Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brasil; Universidade Federal da Bahia, Brasil e La Sapienza de Roma, Itália).

A diversificação temática se apresenta sob o signo dos diferentes objetos empíricos e/ou categorias teóricas selecionadas pelos autores para a discussão. Enquanto alguns textos, de cunho teórico, priorizam como categorias analíticas o processo decisório, em si, outros analisam a teoria sistêmica ou ainda dimensão epistemológica combinando teorias derivadas de

diferentes tradições de pesquisa. Já numa chave empírica, a diversificação de objetos parece ser um dos pontos altos – aliado, é claro, à qualidade das contribuições teóricas – do dossiê, uma vez que o movimento social no cinema, as associações voluntárias em redes de uso terapêutico da cannabis, a migração internacional de mulheres, e as alterações realizadas nas políticas públicas do estado, por meio da reforma trabalhista, bem como as relações entre líderes de movimentos sociais e o governo, são analisados e dão exemplos de como uma teoria mais ampla sobre ação coletiva organizada poderia cobrir diferentes campos e objetos do conhecimento.

À guisa de introdução, passemos a uma breve apresentação de cada documento da coletânea. Abrindo o dossiê, temos o manuscrito original *Ação coletiva organizada e os novos coletivos: uma heurística teórico-prática* assinado pelo prof. Robert Jungmann, Doutor em Sociologia (2018) pela Universidade Técnica de Berlin e professor (júnior) do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Trier (Alemanha). O professor Jungmann é um destacado *young scholar* na área de sociologia das organizações, tendo lançado recentemente seu livro *A prática da ação coletiva* [Jungmann, Robert (2019): *Die Praxis kollektiven Handelns. Wiesbaden: Springer VS. (Überarbeitung der Dissertationsschrift, 305 Seiten)*], fruto de sua tese doutoral, além de ser membro da Diretoria da Associação Internacional de Sociologia, e de seu Comitê de Pesquisa 17 (Sociologia das Organizações)⁴. Além de ter sido *visiting scholar* na Universidade de Columbia Britânica, em Vancouver (Canadá), ele é coeditor-chefe do *Journal of Organizational Sociology*. Em seu texto, Jungmann elabora, a partir de uma revisão e reinterpretação da teoria da estruturação de Anthony Giddens, um modelo teórico específico para a ação coletiva organizada, que tenta dar conta de diferentes formas organizacionais, seja em seu tipo mais “clássicos” e estruturados como num sistema-empresa seja em suas formas mais fluidas, relacionais e instáveis como nos “novos coletivos”. Seu modelo tem sido testado também em abordagens de campo, sendo promissor em termos de renovação teórica e contribuições empíricas para a análise da ação coletiva e, definitivamente, um exemplo de como a(s) teoria(s) podem também contribuir de volta para a(s) teoria(s) das organizações.

⁴ <https://www.isa-sociology.org/en/research-networks/research-committees/rc17-sociology-of-organizations>

O segundo texto desta edição é também uma contribuição europeia, tendo sido escrito por professores e pesquisadores da França, Alemanha e Noruega. No texto *Teoria Decisória nas Organizações: rumo a um quadro teórico integrado de Organização*, assinado pelo Professor Associado, Doutor em Sociologia, Michael Grothe-Hammer (Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia / NTNU), a pesquisadora Doutora em Gestão, Héloïse Berkowitz (IES), e o Professor Associado, Doutor em Economia e Gestão, Olivier Berthod (ICN Business School & Freie Universität Berlin), temos uma releitura da teoria das decisões desde os clássicos até o presente, norteadas pela teoria neosistêmica de Niklas Luhmann. Os autores, ao desenvolverem as bases para uma (nova) Teoria Decisória nas Organizações (TDO), centralizam sua análise no papel das decisões dentro dos sistemas sociais, como elementos estruturantes dos mesmos e, em particular, desenvolvem e defendem o argumento de que a organização seria tanto “um sistema de decisões quanto como uma ordem social decidida”, apresentado graus em seu processo decisório, a partir de dois *continua* inter cruzados (sobrepastos): um no tocante aos graus de organizacionalidade no nível da entidade (“organizacionalidade entitativa”) e o outro no tocante à combinação de elementos organizacionais (“organizacionalidade estrutural”). Sua principal contribuição, segundo os próprios autores, reside no fato de nos ajudar a “analisar a complexa estratificação e o entrelaçamento das ordens sociais dentro, fora, entre e como organização(ões)”, ao que se poderia adicionar o fato de recolocar o processo decisório no lugar central das organizações (ou ordens decisórias organizadas...).

O terceiro texto do dossiê, também de inspiração alemã e em diálogo com a teoria social de Luhmann, tem como autor o prof. Josep Pont Vidal, Doutor em Sociologia Política na Universidad de Barcelona (Espanha). Vidal, sociólogo de formação pela Universitat Bielefeld (Alemanha), estudou diretamente com Niklas Luhmann, sendo influenciado por ele. Partindo da premissa de que a ação, em suas diferentes mobilizações e interpretações (por exemplo, a ação comunicativa (Habermas), entendimento comunicativo (Luhmann) e comunicação além da linguagem (Deleuze) é a base da teoria social, em seu *ensaio Saindo do nevoeiro: contribuições neosistêmicas e pós-estruturalistas nas teorias organizacionais* Vidal propõe

uma reinterpretação das teorias neosistêmicas, pós-luhmanianas e pós-estruturalistas, tomando como fio condutor o trabalho de Luhmann e o resignificando e o readequando em conjunto com as demais correntes pós-estruturalistas, com especial atenção ao construtivismo e a teoria do ator rede. Talvez um dos principais méritos, senão o principal, do texto seja o de fazer um esforço de por em contato e diálogo teorias de diferentes tradições de pesquisas e, não apenas discuti-las, mas propor uma alternativa teórica e metodológica de como combiná-las em modelo analítico próprio.

Iniciando a seção de artigos frutos de pesquisa empírica, o quarto texto deste dossiê vem do Brasil e é assinado pela profa. Carla Rech, recém-Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atualmente professora no Instituto Federal Sul, em Pelotas. Fruto de sua tese doutoral, seu artigo *Construindo pontes entre movimentos sociais e Estado no Brasil: uma análise de trajetórias e ocupação de cargos no governo federal* buscou analisar como ocorre o processo de ocupação e rotação de cargos no governo federal brasileiro, com foco especial na participação de pessoas da sociedade civil e movimentos sociais. Para tanto, a autora tentou identificar no contexto político-institucional e na trajetória dos pesquisados traços que relacionados com a ocupação de cargos governamentais “por vias discricionárias”. Rech se vale de um robusto e bem formatado referencial teórico baseado na teoria dos campos de ação estratégica, pela abordagem das redes sociais, por elementos da sociologia disposicionalista, multideterminista e à escala individual e pelo conceito de ativismo institucional, o qual serviu para interpretar os dados da ocupação de cargos decorreram de uma inserção prévia, acadêmica e/ou profissional, em projetos e ações voltadas para o desenvolvimento rural e ao vínculo com movimentos sociais ligados à essa causa. Seus resultados indicam que há também uma “disposição biográfica”, um perfil, dos indivíduos que ocupam tais cargos e que “ao ingressar neste campo, os indivíduos passam a compartilhar de uma mesma comunidade técnica mas também militante”. O artigo, portanto, lança luzes sobre as conexões entre sociedade civil e estado e a transferência de capitais entre ambos.

O quinto texto, *A Desconstrução da Proteção Social por meio da flexibilidade do contrato de trabalho: uma análise da reforma trabalhista mexicana*, é assinado pela profa. Fernanda Barcellos Mathiasi, Doutora em Ciências Sociais pelas Universidade Autônoma

de Sinaloa (México) e pela Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil), em regime de dupla titulação (*cotutelle*), e pelo prof. Thiago Duarte Pimentel, Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro da Diretoria da Associação Internacional de Sociologia, de seu Comitê de Pesquisa 17 (Sociologia das Organizações). Este documento analisa a reforma trabalhista mexicana utilizando como referência o modelo teórico realista crítico de *Estruturação dos Sistemas Sociais* (Pimentel, 2012), o qual, por sua vez, considera aspectos ontológicos da estrutura social. Com base na teoria social realista crítica, categorias ontológicas foram tomadas em relação às estruturas espaço-temporais (realidade natural), simbólicas (ideal), e práticas relacionais (sociais). As mudanças institucionais nos mecanismos da estrutura social do trabalho estão baseadas em três categorias ontológicas: espaço-tempo, identidade e poder. A morfogênese das estruturas espaço-temporais implica novas configurações de identidade – na identidade individual e coletiva – que, por sua vez, possibilitam reconfigurações das estruturas de poder. Em seus resultados, os autores apresentam evidências que sustentam que a flexibilidade no contrato de trabalho gerou a desproteção social do trabalhador, agravando suas condições de trabalho, o que é feito através da introdução de um novo tipo de contrato de trabalho (mecanismo causal), que têm características estruturais de espaço-temporais flexíveis (intermitência e deslocalização) e simbólicas anômicas (com a perda de referências coletivas/grupais via fragmentação e individualização das relações sociais) e sócio-político (perda de representatividade, capacidade de agência institucional e estruturação de ordem superior). Em síntese, a reforma trabalhista rearticula elementos ontológicos, e.g. estrutura espaço-temporal, flexibilizando as relações de trabalho, transformando a possibilidade de interação entre os indivíduos e que gera impacto nas relações de identidade, sobretudo, desconstruindo-a em direção ao trabalhador, à luta sindical e coletiva dos movimentos sociais.

O sexto documento é de autoria de Diana Marciele Kerber, doutoranda na Universidade Técnica de Dortmund (Alemanha). Em *Experts de ONGs no processo de problematização (dos fatos) da migração de mulheres brasileiras: uma experiência em construção*, a autora analisa o modo pelo qual a questão de gênero e de migração são focalizadas por analistas peritos

de organizações não governamentais. Para tanto, a autora trabalha com o conceito de “problematização” (Pofertl, 2012), cujas premissas baseiam-se em uma perspectiva construtivista na qual os fatos são percebidos e formatados de acordo com a observação dos agentes diretamente envolvidos. Partindo da premissa de que os sentimentos como a empatia e a compaixão desempenham um papel importante na problematização do processo de migração, a autora questiona “*O que desperta o sentimento de empatia/compaixão nos experts de ONGs durante o processo de problematização da migração de mulheres brasileiras?*”, “*O que inibi esse tipo de sentimento nesses atores?*”. Para tanto, ela realiza a apreensão das estruturas do conhecimento de problematização, utilizou-se uma perspectiva de pesquisa baseada no indivíduo, usando a *Grounded Theory* (cf. Glaser / Strauss 2010). Em sua visão, esse método promoveu a sensibilidade teórica como a capacidade da pesquisadora lidar conscientemente com seu próprio conhecimento prévio e, assim, rastrear e compreender as sutilezas no significado dos dados e separar o relevante do irrelevante. Assim, ao analisar como tais sentimentos são moldados por contextos culturais mais abrangentes de significado, o artigo defende que a expansão dos horizontes de relevância só pode ser compreendida por meio da identificação dessas estruturas emocionais e traz *insights* sobre como se movimentar analiticamente entre os Estados-Nação e o meta nível, e se posicionar de forma a identificar a localização do conhecimento desses experts de ONGs.

O tema da ação coletiva é abordado também, porém, de forma diferente, no sétimo paper. Em *Redes canábicas e usos medicinais de maconha: associativismo como parte do processo terapêutico*, de Luciana Barbosa, Pós-Doutora e Doutora em Sociologia Política, ambos pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Ela estuda a ação coletiva a partir de uma perspectiva fluida, baseada na teoria da associação em organizações civis em redes de ação, de Daniel Cefaï, para analisar como os atores sociais se mobilizam em torno do acesso à maconha para fins medicinais no Brasil, gerando uma rede de associação civil em torno do que se chamou “associativismo canábico”. O texto se baseia em uma “pesquisa etnográfica realizada junto a associações canábicas brasileiras, e pela análise documental e de audiências públicas” e compreendeu-se que o ativismo em torno do tema

tem resultado no maior acesso a tal tratamento, por meio da desobediência civil e da judicialização da saúde. Como o conhecimento necessário para realizar o tratamento com cannabis não tem sido produzido pelas instituições médicas ou institutos de pesquisa, para acessá-los é necessário engajar-se em coletivos ou associações canábicas. Nesse sentido, o engajamento promove o maior acesso à saúde, uma vez que tais movimentos têm resultado em possibilidades para tal tratamento. Além disso, a credibilidade e legitimidade alcançada pelas associações canábicas tem potencial para ampliar a democratização do debate sobre o tema da *cannabis*, uma vez que aumentam a participação social nos processos de tomada de decisão, e demandam meios democráticos de acesso.

Por fim, fechando o dossiê, trazemos o oitavo artigo intitulado *Glauber Rocha e o movimento Cinema Novo*, de autoria de Irma Viana, quem é Pós-Doutora em Ciências Sociais da UFBA e Doutora em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, com estágio sanduiche na Universidade La Sapienza de Roma (Itália), e pesquisadora e professora assistente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Seu trabalho pauta-se no movimento do Cinema Novo, ocorrido entre os anos 1960/70, a partir da ação coletiva de seus líderes e principais expoentes – tais como: Glauber Rocha, Fernando Solanas, Fernando Birri, Miguel Littín, Julio García Espinosa, Tomás Gutiérrez Alea – cujo mote principal de seu projeto era o de viabilizar e tornar visível internacionalmente o *Nuevo Cine Latinoamericano*, do qual faz parte o Cinema Novo brasileiro. Esse movimento social, de cunho artístico-intelectual mas também político-cultural ultrapassou os âmbitos locais, regionais e nacionais e ganhou alcance e visibilidade continental e internacional. Tendo como meta não ocultar mas sim trazer à tona e refletir sobre “os problemas peculiares à América Latina, como o subdesenvolvimento, o abuso do poder, as grandes desigualdades sociais, o autoritarismo, a opressão, a luta pela democracia [...]” Viana o enquadra sob o prisma da teoria dos movimentos sociais. E, em oposição interdiscursiva ao “cinema industrial”, o cinema novo é estudado enquanto um movimento sociocultural que se colocava em oposição configurado na política cinematográfica dos grandes estúdios. Embora tenha na figura de Glauber Rocha sua “liderança principal e teórico por excelência”, a precariedade instrumental dos jovens

cinastas que formaram o movimento foi um fator importante para a concepção estética de um novo modo de fazer cinema, de caráter político, o que aliado à independência da produção possibilitou uma crítica da realidade brasileira em favor de uma nova linguagem contra o “colonialismo cultural” da política do cinema dos grandes estúdios.

Esperamos que esta coletânea possa servir de referência para todos aqueles que se preocupam e se interessam pelos modos pelos quais indivíduos e coletividades se relacionam e articulam, em diferentes contextos e com distintas finalidades, e ao invés de incorrerem em algum tipo de confluência (Archer, 2000), problematizar em detalhe o nível mesossociológico, trazer à tona e à baila categorias analíticas, modelos e propostas de como ressignificar e analisar a ação coletiva, bem como sopesar seus desdobramentos teóricos e implicações práticas. Em resumo, acreditamos que os textos aqui reunidos representam, em boa medida, um esforço de mostrar como a ação coletiva organizada se relaciona com a teoria social, e vice-versa, que lugar ela ocupa e como ela pode contribuir para a sua fundamentação. À todos que se preocupam, se interessam e se sentem instigados por este tipo de reflexão desejamos uma excelente leitura!

Referências bibliográficas

- Ackroyd, S. (2000). Connecting organizations and societies: a realist analysis of structures. In: Acrkoyd, S.; Fleetwood, S. *Realist perspectives on management and organizations*. London (UK): Routledge.
- Ahrne, G., Brunsson, N., & Seidl, D. (2016). Resurrecting organization by going beyond organizations. *European Management Journal*, 34(2), 93–101.
- Archer, M. S. (2000). *Being Human: the problem of agency*. Cambridge (UK): Cambridge University Press. 323p.
- Cefaï, D.; Mota, F. R.; Veiga, F. B.; Mello, M. A. da S. (2011). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Cefaï, D. (2018). Público, socialização e politização: reler John Dewey na companhia de George Herbert Mead. In.: *Crítica e pragmatismo na Sociologia: diálogos entre Brasil e França*. São Paulo: Annablume Editora, p. 57-88.
- Dobusch, L., & Schoeneborn, D. (2015). Fluidity, Identity, and Organizationality: The Communicative Constitution of Anonymous. *Journal of Management*

Studies, 52, 1005–1035.

Etzioni, A. (1967). Mixed-scanning: A “third” approach to decision-making. *Public Administration Review*, 27, 385–392.

Friedberg, E. *Le Pouvoir et la règle: dynamiques de l'action organisée*. Paris: Editions du Seuil, 1993. 404p. (Sociologie).

Friedberg, E. Les quatre dimensions de l'action organisée. *Revue Française de Sociologie*, v. 33-4, 1992.

Glaser, B. G. & Strauss, Anselm L. (2010[1967]). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. New Brunswick: Aldine Transaction.

Grothe-Hammer, M. (2019). Organization without actorhood: Exploring a neglected phenomenon. *European Management Journal*, 37(3), 325-338. doi:10.1016/j.emj.2018.07.009

Luhmann, N. (2018). *Organization and decision*. Cambridge University Press.

Pimentel, T. D. (2012). *Space, Identity and Power: outline of a morphogenetic and morfostatic theory to the sociology of organizations*. 2012. 470f. (Unpublished) Thesis (Ph.D.) – Institute of Human Sciences, Federal University of Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), Brazil.

Poferl, Angelika (2012): *Zur Wahrnehmung von Leiden. Emotionen und Sozialität am Beispiel von › Mitleid ‹*. In: Schnabel, Annette; Schützeichel, Rainer (Hrsg.): *Emotionen, Sozialstruktur und Moderne*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, S. 279-298.

Jungmann, Robert (2019): *Die Praxis kollektiven Handelns*. Wiesbaden: Springer VS.